

# PROLETARIADO E LUTA DE CLASSES EM MARX E ENGELS\*

ELIEL MACHADO\*\*

*Desde tempos imemoriais se vem repetindo  
hipocritamente: os homens são iguais. Mas desde  
há longo tempo que a desigualdade mais vil e mais  
monstruosa pesa insolentemente sobre o gênero  
humano.*

Gracchus Babeuf, *Manifesto dos iguais*

## *Apresentação*

Neste pequeno ensaio, não pretendemos esgotar o tema da constituição do proletariado em classe, mas apenas estimular o debate em um momento de crise política e ideológica das organizações proletárias, pelo menos nestas plagas do globo terrestre. Parece-nos que os partidos e sindicatos de base operária estão em refluxo e perderam espaço para outros “sujeitos”, os chamados “movimentos sociais”.

Para atingirmos tal objetivo, pautar-nos-emos em três obras marxistas: *Manifesto do partido comunista*, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*. Poderíamos recorrer a outras obras de Marx e/ou Engels, como *Guerra Civil em França*, *Crítica ao programa de Gotha*, *A ideologia Alemã*, *O Capital* etc., mas optamos por nos concentrar somente nestas três por se apresentarem mais claramente aos propósitos aqui pretendidos: a difícil formação do proletariado em classe. Para tal intento, dividimo-lo em três partes: na primeira, abordamos alguns aspectos teóricos gerais de “aproximação” e de “diferenças” entre as três obras. Na segunda, discutimos mais diretamente o objeto proposto, qual seja, como Marx e Engels analisam as “idas” e “vindas” das lutas proletárias. E, como toda luta de classes é uma luta política, daremos tratamento dialético ao tema, conforme sugerido pelos fundadores do comunismo científico. Por fim, na última parte, oferecemos algumas pistas teóricas para pensarmos as possibilidades concretas de os “movimentos sociais” atuais contribuírem ou não para a constituição do proletariado em classe. Por questões de espaço, esta discussão será meramente indicativa.

Pedimos desculpas aos leitores pelas inúmeras citações neste ensaio que podem tornar a leitura enfadonha. Esperamos, por outro lado, compensá-las com as discussões teóricas oferecidas.

#### *Algumas anotações teóricas sobre as três obras*

Em função das possíveis “diferenças” e “aproximações” entre o *Manifesto*, *O 18 Brumário* e *As lutas de classes na França*, principalmente entre a primeira e as duas últimas obras, faz-se necessário um esclarecimento “metodológico”:

O trabalho teórico – qualquer que seja o grau de sua abstração – é sempre um trabalho referente aos processos reais. No entanto, este trabalho, que produz conhecimentos, situa-se inteiramente no processo de pensamento: não existem conceitos mais reais que outros. O trabalho teórico parte de uma *matéria-prima* composta, não do real-concreto, mas antes de informações, noções etc., sobre este real, e trata-a *utilizando certos instrumentos* conceituais, trabalho cujo resultado é o conhecimento de um objeto. Pode-se dizer que, no sentido rigoroso do termo, apenas existem os objetos reais, concretos e singulares. O processo de pensamento tem como fim último o conhecimento destes objetos: a França ou a Inglaterra em um momento determinado momento do seu desenvolvimento. Por conseguinte, o conhecimento destes objetos parte da suposição de que estejam determinados na matéria-prima visto serem precisamente – como conhecimento concreto de um objeto concreto – o resultado de um processo que Marx designa pelos termos de “síntese de uma multiplicidade de determinações” [grifos no original] (Poulantzas, 1977: 12-13).

O autor alerta, todavia, que o processo de pensamento nem sempre se relaciona a esses objetos: “Pode de igual modo reportar-se a objetos que podemos designar como *abstratos-formais*, os quais não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são a condição do conhecimento dos objetos reais-concretos: é o caso, por exemplo, do modo de produção” (Poulantzas, 1977: 13). Nesse sentido, a burguesia propriamente não existe, mas sim as frações burguesas, organizadas no interior do “bloco no poder”, sob hegemonia de uma delas (financeira, industrial, comercial, latifundiária), como aparecem largamente analisadas em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*.

Com estas anotações metodológicas iniciais, Poulantzas nos oferece uma cancha para interpretarmos o *Manifesto*: embora as análises deste compêndio não se remetam a nenhuma formação social específica, ele se refere aos processos reais do capitalismo industrial moderno.

Por sua vez, Labriola observa que

antes de dedicar-se quase exclusivamente à prolongada incubação dos fundamentos que ele já havia encontrado na crítica da economia política, Marx ilustrou a história do período revolucionário de 1848-1850 em vários

escritos, em particular as lutas de classes na França, narrando-as de tal maneira que, se a revolução, na forma que assumia naquele momento, estava falida, não por isso desmentia a teoria revolucionária da História, traço apenas esboçado no *Manifesto* mas que já assumia seu papel de condutor de toda exposição. Mais ainda, o texto que tem como título *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* foi a primeira tentativa de plasmar a nova concepção histórica no relato de uma ordem de fatos, compreendidos em parâmetros temporais precisos (Labriola, 1998: 111-112)

Engels também contribui para percebermos as diferenças entre as obras:

[*As lutas de classes na França* foram] o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea mediante sua concepção materialista, partindo de uma situação econômica existente. No *Manifesto Comunista* havia sido aplicada para fazer um amplo esquema de toda a história moderna, e nos artigos publicados por Marx e por mim na *Neue Rheinische Zeitung* [Nova Gazeta Renana] esta teoria fora empregada constantemente para explicar acontecimentos políticos contemporâneos. Tratava-se aqui, pelo contrário, de demonstrar a conexão causal interna ao longo de um desenvolvimento de vários anos que foi para toda a Europa tão crítico quanto típico; tratava-se, pois, de reduzir, seguindo a concepção do autor, os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas (Engels, s/data: 93).

No *Manifesto do partido comunista*, Marx e Engels analisam dois grandes sujeitos históricos – burguesia e proletariado – a partir do movimento geral do capitalismo, no entanto, sem se deterem especificamente em nenhuma formação social particular. Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* e/ou em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, as análises se voltam para toda uma gama de segmentos sociais concebidos no interior das classes em luta. Estas obras salientam o fracionamento que a burguesia sofre no plano da luta político-ideológica, para além de sua divisão econômica (financeira, industrial, comercial, latifundiária). Especialmente em *O 18 Brumário*, Marx mostra como as frações burguesas urdem suas alianças políticas a partir de seus interesses particulares distintos.

Voltado para servir de guia para a ação do proletariado, o *Manifesto* trata a luta de classes de forma mais “linear” (evolução histórica das classes fundamentais) e “vertical” (burguesia *versus* proletariado), enquanto que *O 18 Brumário* e *As lutas de classes na França* a tratam de maneira “fracionada” e “transversal”, o que não quer dizer que no *Manifesto* também não apareçam menções às classes médias e ao lumpemproletariado.

Para Chevallier, o *Manifesto* mais enuncia e afirma do que propriamente demonstra. Não por acaso, suas análises não se remetem a nenhuma formação social concreta, historicamente determinada, embora objetivasse conquistar politicamente o

proletariado, a começar pelo alemão que estava na iminência da revolução. Ainda para o autor, o *Manifesto* resalta os traços mais gerais e mais facilmente acessíveis da doutrina, ao mesmo tempo que os mais diretamente utilizáveis para o combate imediato (Chevallier, 2002: 297-298).

Feitas estas observações iniciais, passamos para a segunda parte deste ensaio: as dificuldades políticas e ideológicas para o proletariado se constituir em classe.

### *O “ioiô” das lutas proletárias sob o capitalismo moderno*

Em quaisquer das três obras, a formação do proletariado em classe é abordada como possibilidade histórica, mesmo quando Marx e Engels afirmam, no *Manifesto*, que “a burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (1998: 51). Voltaremos ao tema, mas se o proletariado não fosse considerado potencialmente revolucionário, os comunistas não teriam a incumbência de constituí-lo em classe e em partido. Diferentemente da burguesia que já se constituiu como classe e, mais do que isso, conquistou o poder político da nobreza feudal – uma das melhores expressões deste processo é a Revolução Francesa de 1789 –, o proletariado fez inúmeras tentativas ao longo da história, mas em nenhuma delas teve o mesmo êxito da burguesia que conseguiu transitar do feudalismo para o capitalismo. No caso das revoluções proletárias, apesar de terem derrubado a supremacia burguesa, nenhuma transitou do capitalismo para o socialismo.<sup>1</sup>

Em *O 18 Brumário*, Marx analisa a derrota do proletariado na insurreição de junho de 1848, depois do seu efêmero triunfo em fevereiro, e reafirma a processualidade da luta de classes e as possibilidades de (des)constituição do proletariado:

Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade se haviam agrupado, reunido, concertado e encontrado o apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras da Monarquia de Julho caíram por terra (Marx, s/data: 208).

Logo em seguida, sentencia:

---

<sup>1</sup> À exceção da Comuna de Paris de 1871 que teve pouco mais de dois meses de existência, as outras revoluções tentaram ir mais longe, apesar do heroísmo do proletariado e das classes populares nestes intentos. O máximo a que chegaram foi à implantação de um “capitalismo de Estado”: revoluções russa, chinesa, cubana, vietnamita etc.

A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte [toda a burguesia governará em nome do povo], o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de Junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A República burguesa triunfou. A seu lado, alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpemproletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais de prestígio, o clero e a população rural. Do lado do proletariado de Paris não havia senão ele próprio. Mais de três mil insurretos foram massacrados depois da vitória e quinze mil foram deportados sem julgamento. *Com essa derrota, o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária* [grifos nossos] (Marx, s/data: 209).

Principalmente nos momentos de crise política aguda, o Estado burguês mobiliza todo o aparato repressivo para debelar as insurreições operárias ou, em menor grau, as greves, piquetes, ocupações, marchas, passeatas etc. Mesmo nos períodos nos quais as ameaças não são tão iminentes, a repressão pode atingir níveis astronômicos, desproporcionais à força dos opositores da ordem burguesa.<sup>2</sup> Entretanto, além do aparato repressor propriamente dito, o Estado também se vale de outros instrumentos (as chamadas “políticas de Estado), cujos “meios” se diferenciam da utilização da força física, mas os “fins” são os mesmos: frustrar a revolução social. Após o massacre do proletariado em 1848 pelo Estado burguês, Marx não desconsiderou pelo menos dois movimentos contribuintes para a sua retirada da cena política nos anos 1850: as instituições burguesas (Parlamento, Judiciário, Leis etc.) e a situação econômica que proporcionou, temporariamente, o pleno emprego:

(...) Não devemos esquecer que o ano de 1850 foi um dos anos mais esplêndidos de prosperidade industrial e comercial, e o proletariado de Paris atravessava, assim, uma fase de pleno emprego. A lei eleitoral de 31 de maio de 1850, porém, o excluiu de qualquer participação no poder político. Isolou-o da própria arena. Atirou novamente os operários à condição de párias que haviam ocupado antes da Revolução de Fevereiro. Deixando-se dirigir pelos democratas diante de tal acontecimento e esquecendo os interesses revolucionários de sua classe por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à honra de se tornarem uma força vencedora, submeteram-se a sua sorte, provaram que a derrota de junho de 1848 os pusera fora de combate por muitos anos e que o processo histórico teria por enquanto que passar por cima de suas cabeças (Marx, s/data: 241).

No *Manifesto*, estes “movimentos” de “idas” e “vindas”, de “altos” e “baixos”, recebem um tratamento mais “esquemático” e “linear”:

---

<sup>2</sup> A história brasileira registra um dos episódios mais dramático das lutas sociais recentes: o “massacre de Eldorado dos Carajás”. Ocorrido em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás (Pará), a ação truculenta da polícia militar contra uma manifestação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) resultou na morte 19 trabalhadores ligados ao movimento. Os sem-terra estavam “armados” de bandeiras, paus e pedras e, mesmo assim, foram executados pelo braço armado do Estado burguês.

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência. No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente, operários de um mesmo ramo da indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. (...) Mas, com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo (Marx e Engels, 1998: 47).

Os autores ressaltam, todavia, que em função da concorrência crescente entre os burgueses e das crises comerciais resultantes dela, os salários se tornam cada vez mais instáveis. Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas torna a condição de vida do operário mais precária e os choques individuais entre o operário singular e o burguês singular tomam o caráter de confrontos entre duas classes. Em decorrência,

os operários começam a formar coalizões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se precaverem de insurreições eventuais. Aqui e ali a luta irrompe em motim. *De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero.* O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria e que permitem o contato entre operários de diferentes localidades. *Basta, porém, este contato para concentrar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em um luta nacional, uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política [grifos nossos]* (Marx e Engels, 1998: 48).

O desfecho desse processo não poderia ser outro:

A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre, e cada vez mais forte, mais sólida, mais poderosa. Aproveita-se das divisões internas da burguesia para obrigá-la ao reconhecimento legal de certos interesses da classe operária, como, por exemplo, a lei da jornada de dez horas de trabalho (Marx e Engels, 1998: 48).<sup>3</sup>

Se a formação do proletariado em classe é um processo complexo e árduo, em *As lutas de classes na França* e, principalmente, em *O 18 Brumário*, Marx desenvolve essa idéia tomando por base as dificuldades do campesinato francês em se constituir enquanto tal.<sup>4</sup> A partir das referências propostas por ele, deduzimos seis elementos que

---

<sup>3</sup> Observe-se, nesta passagem, a referência dos autores às “divisões internas da burguesia”. Nas lutas proletárias contra o poder burguês, os seus partidos devem levar em conta as possíveis fissuras no interior do “bloco no poder”. Dependendo da correlação de forças, estas fissuras poderão favorecer o avanço das lutas proletárias.

<sup>4</sup> Concordamos com alguns autores quando afirmam que a constituição do proletariado em classe depende de uma série de fatores econômicos, políticos, culturais, conjunturais etc. E mais: “A situação

ultrapassam as suas especificidades históricas e servem para refletirmos em relação ao proletariado também:

1. Condições econômicas semelhantes que se opõem a outras classes sociais;
2. Modos de vida diferentes e interesses diferentes;
3. Cultura diferente de outras classes sociais;
4. Constituir-se como uma comunidade;
5. Ligação nacional e não local;
6. Organização política.

Marx, portanto, não restringiu a constituição em classe às relações de propriedade, mas é o primeiro elemento fundamental. É preciso levar em conta outros fatores para que as classes sejam capazes de representar seus interesses de classe em seu próprio nome, quer por meio do Parlamento ou de uma convenção. Nas análises de *O 18 Brumário*, os camponeses não podem representar-se, tem que ser representados. O autor ainda afirma que, como os camponeses franceses não podiam representar a si mesmos, seu representante apareceu como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes. Ainda que longa, esta passagem é bastante ilustrativa:

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. A grande massa da nação francesa é assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos de outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade

---

histórica concreta e a ação dos partidos políticos socialistas possibilitarão, ou não, a conversão dessa classe potencialmente dada, no plano da estrutura econômica, em uma classe ativa. Nesse processo de construção da classe operária, seus interesses e limites precisos serão definidos e testados na luta” (Boito Jr., 2003: 247).

alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (Marx, s/data: 277).

Segundo Miliband, Marx e Engels “reconheciam outras formas de conflito de classes [e] reconheciam a existência de outros conflitos, além dos conflitos de classes”. Por outro lado, “a questão realmente importante é a insistência [deles] em que o conflito primordial na sociedade capitalista é entre capitalistas e operários” (Miliband, 1979: 25):

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada (Marx, 1980: 907).

Nunca é demais ressaltar que a sociedade capitalista divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado (Marx e Engels, 1998: 41). Esta relação direta entre proprietários não produtores e não proprietários produtores é fundamental para a constituição do proletariado em classe:

De todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, pelo contrário, é seu produto mais autêntico. (...) O trabalho industrial moderno, a subjugação do operário ao capital, tanto na Inglaterra como na França, na América como na Alemanha, despoja o proletário de todo caráter nacional (Marx e Engels, 1998: 49).

Logo em seguida, os autores acrescentam:

Os proletários não podem apoderar-se das forças produtivas sociais senão abolindo o modo de apropriação a elas correspondente e, por conseguinte, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários não têm nada de seu a salvar; sua missão é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade privada até aqui existentes. Todos os movimentos históricos têm sido, até hoje, movimentos de minorias ou em proveito de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial. A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se dessa forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar a sua própria burguesia (Marx e Engels, 1998: 50).



Nas práticas das lutas concretas, como as ocorridas no decurso da Revolução de Fevereiro de 1848, a organização do proletariado em classe e em partido recebe as seguintes análises de Marx:

*O proletariado, ao impor a República ao Governo Provisório e, através do Governo Provisório, a toda a França, apareceu imediatamente em primeiro plano, como partido independente, mas, ao mesmo tempo, lançou o desafio a toda a França burguesa. O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas não, de modo algum, a própria emancipação [grifos nossos] (Marx, s/data: 117).*

Mesmo sem ter força política à altura de suas mobilizações – diga-se, as barricadas levantadas com o propósito de derrubar a Monarquia de Luís Felipe e, em seu lugar, impor a República Social sob controle operário – o proletariado apresentou-se como partido independente da burguesia e do Estado burguês. Este fracasso, para Marx, se inscrevia no ainda precário desenvolvimento do capitalismo francês, no fato de a massa da população francesa não ser proletária, mas camponesa. E mesmo que eventualmente o campesinato entrasse em choque com a burguesia e com o Estado burguês, era para conservar seus interesses particulares: a pequena propriedade e a pequena produção. Portanto, o campesinato demonstrava um comportamento conservador e não revolucionário. Para Marx e Engels, somente o proletariado é portador de interesses universais que se traduzem na emancipação humana.

Em *As lutas de classes na França*, Marx avalia o processo de luta dos proletários e as condições materiais de sua organização como classe:

O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária (Marx, s/data: 119).

Um pouco mais adiante, o autor sintetiza a luta de classes moderna:

A luta contra o capital em sua forma moderna, desenvolvida, a luta contra o capital em sua fase culminante – isto é, a luta do assalariado industrial contra o burguês industrial – constitui, na França, um fato parcial que depois das jornadas de fevereiro não podia fornecer o conteúdo nacional da revolução, tanto mais que a luta contra os métodos secundários da exploração capitalista – a luta do camponês contra a usura nas hipotecas, do pequeno burguês contra o grande comerciante, o banqueiro e o industrial, numa palavra, contra a bancarrota – permanecia dissimulada no levante geral contra a aristocracia financeira em geral. Nada mais explicável, portanto, que a tentativa do proletariado de Paris para trazer à tona seus interesses ao lado dos da burguesia, ao invés de apresentá-los como o interesse revolucionário de toda

a sociedade, e que tenha arriado a bandeira vermelha diante da bandeira tricolor. Os operários franceses não podiam dar um passo à frente, não podiam sequer tocar num fio de cabelo da ordem burguesa, enquanto a marcha da revolução não sublevasse contra esta ordem, contra o domínio do capital, a massa da nação – camponeses e pequenos burgueses – que se interpunha entre o proletariado e a burguesia; enquanto não a obrigasse a unir-se aos proletários com a vanguarda sua (Marx, s/data: 119-120).

Ao nos lembrarmos de uma das passagens do *Manifesto* na qual os autores afirmam que “o movimento proletário moderno é o movimento autônomo da imensa maioria em proveito da imensa maioria” (Marx e Engels, 1998: 50), compreendemos o motivo pelo qual a luta entre capital e trabalho era secundária na França de 1848, de modo que o operariado não podia apresentar sua jornada em nome de toda a sociedade francesa.<sup>5</sup> Os desfechos da revolução de 1848 não poderiam ter sido outro: derrota do proletariado e vitória da burguesia. O proletariado não se tornou a vanguarda de seus supostos aliados (campesinato e pequena burguesia). Além disso, o campesinato se transformou na base social e política do *bonapartismo*. Com isso, o preço pago pelas classes populares foi bastante alto.

Às análises apresentadas até o momento, acrescentamos dois aspectos: o primeiro diz respeito à organização do trabalho no processo de produção e, o segundo, ao papel do Estado. Apesar de “especialmente” distantes, estes fatores estão interligados.

Ao contrário do que o senso comum indica, há política, ideologia e poder político no “chão de fábrica”: não só a separação entre o produtor direto e os meios de produção interfere na formação de sua consciência de classe, mas as diversas formas pelas quais se organiza a produção do capital: fordismo, taylorismo e toyotismo. Estes “métodos” de trabalho são expressões particulares de um mesmo fenômeno: o controle do processo de trabalho pela dinâmica da acumulação capitalista (Batista, 2008).<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Marx e Engels afirmam: “O proletariado, a camada mais baixa da sociedade atual, não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem fazer saltar todos os estratos superpostos que constituem a sociedade oficial” (1998: 50).

<sup>6</sup> Sobre esse ponto, pode-se consultar, além de muitos outros, Lourenço e Bertani (2008). Uma das evidências de que há política, ideologia e poder político no processo de produção, pode ser expressa nos movimentos de “ocupações” dos trabalhadores, tanto de fábricas como de terras. Em geral, quando estes movimentos são de orientação socialista, a organização da produção procura “quebrar”, em primeiro lugar, com a separação entre “proprietários não produtores” e “não proprietários produtores”, tornando os meios de produção “propriedade coletiva dos produtores diretos”, por meio de suas cooperativas; em segundo lugar, “quebra-se” também o processo de alienação do trabalho, característico do modo de produção capitalista, ao proporcionar aos “produtores diretos” o controle da produção: o que produzir, como produzir, para quem produzir. Nestas bases, o objetivo principal da

Quaisquer destes “métodos”, conjugados ou não, obstruem as possibilidades de organização autônoma dos trabalhadores por meio dos seus sindicatos, comissões de fábrica, partidos políticos etc. Ou seja, a democracia burguesa, onde ela existe, chega até as portas das fábricas.

Se o Estado não regula diretamente os “métodos” de organização do processo de trabalho, indiretamente resguarda-os. Portanto, é preciso compreender a forma como ele corresponde às relações de produção capitalista, ao dar guarida jurídica para a exploração da força de trabalho pelo capital. Por outros termos,

o Estado burguês cria as *condições ideológicas* necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. E o faz na medida em que desempenha uma *dupla função*: a) individualiza os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção) mediante a sua conversão em pessoas jurídicas: isto é, sujeitos individuais aos quais se atribuem direitos e vontade subjetiva. (...) b) Neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva, decorrente do caráter socializado do processo de trabalho, e determina, por esse modo, a predominância, no produtor direto, da tendência ao isolamento, decorrente do caráter privado assumido pelos trabalhos nesse processo. (...) Pela primeira função, o Estado burguês coloca o produtor direto no mercado de trabalho, como sujeito individual, dotado de vontade e de direitos; por esta segunda função, o Estado burguês neutraliza a tendência dos produtores diretos a se unirem num coletivo antagônico ao proprietário dos meios de produção: *a classe social* [grifos no original] (Saes, 1985: 32-33).

O Estado burguês tem papel fundamental na manutenção da ordem burguesa ao organizar os interesses gerais da burguesia e, inversamente, ao desorganizar os interesses de classe do proletariado. Como o Estado burguês neutraliza, no produtor direto, a tendência à ação coletiva? Para Saes,

*organizando um outro coletivo, oposto à classe social*. Um coletivo oposto e diferente: de um lado, ele unifica os agentes da produção já isolados no mercado (contrato de trabalho) ou no processo de trabalho (caráter privado dos trabalhos); de outro lado, ele reproduz esse isolamento, ao impedir a formação de um coletivo na esfera da produção. Em que consiste essa coletividade alternativa? Se a classe social se constitui a partir da definição de um interesse comum de todos os produtores diretos na liquidação da troca desigual entre uso da força de trabalho e salário (ou de um interesse comum de todos os proprietários dos meios de produção na preservação dessa troca), já tal coletividade nega tais interesses e se define como o interesse comum, de todos os agentes da produção (produtores diretos e proprietários dos meios de produção), em se estabelecerem como habitantes de um espaço geográfico delimitado, o território. Tal coletividade é o *povo-nação*. Esta é a *forma de coletividade* que o Estado burguês propõe aos agentes da produção antagonicamente relacionados no processo de extorsão de mais-valia (Saes, 1985: 33).

---

produção passa a ser a satisfação das necessidades coletivas. Os “produtores diretos” transitam da produção de valores de troca para a produção de valores de uso.

Segundo o autor, estas formulações podem ser expostas de maneira menos abstrata:

O Estado burguês, ao representar a unidade (vale dizer, proceder à unificação formal ou aparente) dos membros das classes sociais antagônicas no povoação, desempenha a função de neutralizar a tendência à formação de comitês de fábrica, de sindicatos operários e de partidos revolucionários; isto é, de atomizar os produtores diretos, conservando-os num estado de massa (individualismo, concorrência no mercado de trabalho) e impedindo a sua constituição em *classe social* (na fábrica, num ramo da indústria etc.) [grifos no original] (Saes, 1985: 34).

Mesmo quando levados em conta os elementos mencionados anteriormente para a formação do proletariado em classe<sup>7</sup>, os comunistas têm papel importante nesse processo: “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado” (Marx e Engels, 1998: 51). Pelo visto, os autores propõem que, uma vez destituído dos meios de produção, não há garantias que o proletariado se torne classe para si mesmo. Pode ser apenas para o capital. Esta possibilidade (classe apenas para o capital) tem a sua importância política, afinal, é o primeiro elemento de identificação da condição de explorado, mas ela não é suficiente. Por si só, esta condição não leva à tomada do poder burguês. É preciso a atuação dos comunistas com sua doutrina (comunismo científico) para elevar a sua consciência de classe. Nas palavras de Marx e Engels, “na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário” (1998: 51).

E, para reforçar a hipótese tratada sumariamente neste ensaio (o proletariado se constitui em classe na luta de classes), os autores afirmam o seguinte:

Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se organiza forçosamente em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e como classe dominante destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições de existência dos antagonismos entre as classes, destrói as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe (Marx e Engels, 1998: 59).

---

<sup>7</sup> Como já expostos, são eles: 1. separação ou não dos meios de produção; 2. modos de vida diferentes e interesses diferentes; 3. cultura diferente de outras classes sociais; 4. constituir-se como uma comunidade; 5. ligação nacional; 6. organização política.

Os autores suscitam pelo menos duas questões: a primeira, ao se opor conscientemente à burguesia em defesa de seus interesses de classe, o proletariado se apresenta “forçosamente” como classe. Esta é uma parte do processo, a oposição à burguesia nem sempre ocorre nestes termos, ou seja, como “classe para si”. Mas, quando acontece, aumentam as chances dele apelar à revolução social. Temos, então, a segunda questão: se tiver força política e ideológica suficiente para imprimir uma derrota à burguesia, pode então tornar-se “classe revolucionária” em direção à tomada do Estado burguês. Disso, deduzimos três “níveis de classe” que estão imbricados em um “movimento” dialético: 1. “classe em si”, quando se opõe espontaneamente ao capital; 2. “classe para si”, quando se opõe conscientemente ao capital; 3. “classe revolucionária”, quando, além de se opor organizadamente ao capital, também se opõe a sua expressão jurídico-política, o Estado burguês e isto ocorre “nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva” (Marx e Engels, 1998: 49). Na perspectiva do proletariado revolucionário, pode-se levantar outra questão: a luta de classes não é uniforme e nem linear. Ela se apresenta em diversos níveis de desenvolvimento político, nos quais, o seu grau máximo é quando o proletariado tem chances de se mostrar na cena política como classe dominante.

Em termos menos abstratos, na revolução de 1848, se o proletariado tentou impor a República social, a burguesia impôs a República burguesa e derrotou o proletariado. O fato de ter-se tornado “classe revolucionária” em fevereiro, não lhe impediu o retrocesso em junho, principalmente naquelas condições históricas:

Os operários não tinham opção: morrer de fome ou iniciar a luta. Responderam a 22 de junho [de 1848] com aquela formidável insurreição em que travou a primeira grande batalha entre as duas classes em que se divide a sociedade moderna. Foi uma luta pela conservação ou o aniquilamento da ordem burguesa. Descerrou-se o véu que envolvia a República. É sabido que os operários, com valentia e engenho incomparáveis, sem chefes, sem plano comum, sem meios, desprovidos de armas na sua maioria, mantiveram em xeque durante cinco dias o exército, a Guarda Móvel, a Guarda Nacional de Paris e a que veio em tropel das províncias. É sabido que a *burguesia vingou-se com brutalidade inaudita do medo brutal por que passara, exterminando mais de três mil prisioneiros* [grifos nossos] (Marx, s/data: 129).

Como se vê aqui e em outros lugares, Marx deixa claro que a principal tarefa do Estado burguês é frustrar a revolução social. Dependendo da conjuntura e da correlação de forças, o Estado não mede esforços para realizar tal intento: exemplos históricos não

faltam, mas um dos mais notórios foi o massacre da Comuna de Paris, em 1871. O nome do episódio não esconde o seu significado: a *Semana Sangrenta*.<sup>8</sup>

### *Breves considerações finais*

Não é muito difícil intuir que, para Marx e Engels, a constituição do proletariado em classe é processual, hipótese que norteou este ensaio: as classes se “(des)constituem” na luta de classes. Trata-se de hipótese de inspiração poulantziana, controversa e polêmica no interior do marxismo.<sup>9</sup> A “destituição” do proletariado em classe não o inviabiliza empiricamente, pois, como ressaltado, mesmo “destruído” política e ideologicamente, ele permanece como classe para o capital (“classe em si”). A destituição se refere, portanto, aos aspectos mais avançados de suas formas de organização e de luta, como os sindicatos combativos e os partidos políticos revolucionários. Há momentos na história das formações sociais concretas que estas organizações são praticamente destruídas pelo Estado burguês (ditaduras militares, fascismos, neoliberalismos) por meio principalmente de seus aparatos repressivos (polícia, exército, judiciário), que obrigam o proletariado a ter que se reorganizar praticamente do “zero”. Nesses momentos, portanto, ele não se constitui em “classe para si”. E, uma vez que o proletariado é invencível, como assinala Marx em *As lutas de classes na França*, estas situações são provisórias:

Ao transformar a sua sepultura em berço da *República burguesa*, o proletariado obrigara esta, ao mesmo tempo, a manifestar-se na sua forma pura, como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho. Tendo constantemente diante de si o seu inimigo, cheio de cicatrizes, irreconciliável e invencível – invencível porque a sua existência é a condição da própria vida da burguesia – a dominação burguesa, livre de todas as peias, tinha que se converter imediatamente em *terrorismo burguês*. E, uma vez eliminado provisoriamente da cena o proletariado e reconhecida oficialmente a ditadura burguesa, as camadas médias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe camponesa, à medida que a sua situação se tornava mais insuportável e se aguçava o seu antagonismo com a burguesia, tinham que se unir cada vez ao proletariado [grifos no original] (Marx, s/data: 131).

Uma das questões que nos colocamos na atualidade é se os “movimentos sociais” também contribuem para a organização do proletariado em classe. Não obstante

---

<sup>8</sup> Depois de 72 dias de governo popular, a Comuna chegaria ao fim entre 21 e 28 de maio de 1871, quando as tropas de Versalhes invadiram Paris e massacraram os *communards*. Mesmo depois da invasão, o derramamento de sangue continuou, demonstrando o ódio de classe da burguesia francesa ao proletariado insurreto. Calcula-se que morreram entre 20 e 25 mil combatentes.

<sup>9</sup> Consultar, entre outras obras, *Poder político e classes sociais*, de Nico Poulantzas (1977).

a resposta exija outro ensaio, provisoriamente ela é ambígua. No mínimo, estabelece dois planos teóricos distintos para respondê-la: no primeiro, é preciso compreender a composição social heterogênea de muitos desses movimentos; grosso modo, diferentemente dos sindicatos operários combativos que dirigiam suas lutas diretamente contra o capital, estes movimentos se dirigem principalmente ao Estado; no segundo, é necessária a retomada do conceito de “proletariado” no *Manifesto* com o objetivo de indicar a sua “elasticidade”, o que demanda certo nível de abstração teórica. Explicitemos melhor.

1. A definição mais clara se encontra na nota de Engels de 1888: “Por proletariado [entende-se] a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (Marx e Engels, 1998: 40);
2. Um pouco mais adiante, Marx e Engels asseguram: “[o proletariado], a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital” (1998: 46);
3. E, por fim, concluem: “(...) Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela” (1998: 47).

A partir destas passagens, propomos uma definição bivalente de “proletariado”: na primeira, encontra-se o proletariado *stricto sensu* que, por não ter meios próprios de produção, é obrigado a vender a sua força de trabalho para o capital; neste grupo, os trabalhadores aumentam o capital diretamente (“só têm trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital”); na segunda, encontra-se o proletariado *lato sensu* que, embora também não tenha meios próprios de produção, nem sempre consegue vender sua força de trabalho para aumentar o capital; neste grupo, os trabalhadores só aumentam o capital *indiretamente* ao conquistarem meios de produção “coletivos” (cooperativas fabris ou rurais) ou ao desenvolverem outras atividades laborais (“ambulantes”, serventes de pedreiro, encanadores, eletricitas, pintores de parede, jardineiros etc.). Com o avanço da grande indústria (processo de centralização e concentração do capital), “[o proletariado] comprime-se em massas cada vez maiores”. Tal processo, todavia, não “absorve” diretamente toda força de trabalho disponível para compra.

Por conseguinte, dependendo de sua inserção nas relações de produção, o proletariado *lato sensu* pode, eventualmente, vender a sua força de trabalho para o capital. Em geral, esta “eventualidade” dificulta bastante a organização destes trabalhadores na defesa de seus interesses em contraposição aos do capital. Dada a relação fluida com o capital, estes sujeitos não organizam suas lutas no “chão de fábrica”, mas ocupam fábricas ou terras. Fora isso, lutam por creches, postos de saúde, saneamento básico, moradia, escola, transporte coletivo etc. Não desconsideramos, evidentemente, a possibilidade de os vendedores da força de trabalho para o capital, os produtores diretos (proletariado *stricto sensu*), também participarem destes “movimentos”, além de atuarem em seus sindicatos ou partidos políticos. Parece-nos que os “movimentos sociais” são compostos predominantemente pelo proletariado *lato sensu*.

Respondendo à questão colocada acima, eles podem contribuir para a organização do proletariado em classe (“classe para si” e “classe revolucionária”) se tiverem consciência dos limites de suas lutas (ocupações de fábricas e terras nos estreitos espaços do capitalismo) e, como não se confrontam direta ou sistematicamente com o capital, se tiverem no horizonte político e ideológico que afrontam o Estado do capital.

Os desfechos destas lutas permanecem em aberto.

### Referências bibliográficas

BABEUF, Gracchus. *Manifesto dos iguais*. Acesso em: 01/10/2010. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/babeuf/1796/mes/manifesto.htm>. (maio/2006).

BATISTA, Erika. “Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades”. *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina/2008*. Grupo de Estudos de Política da América Latina. Acesso em: 05/10/2010. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika\\_batista.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf). (setembro/2008).

BOITO Jr., Armando. “A (difícil) formação da classe operária”. In: VÁRIOS AUTORES. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, 2003.

CHEVALLIER, Jean-Jaques. *As grandes obras políticas de Maquiavel aos nossos dias*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Agir, 2002.

LABRIOLA, Antonio. “Em memória do Manifesto Comunista”. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 1998.



LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; BERTANI, Iris Fenner. “Reestruturação Produtiva no setor calçadista de Franca/SP: o caso das bancas”. *Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina/2008*. Acesso em: 05/10/2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/edvania.pdf>. (setembro/2008).

MARX, Karl. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/data.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo. (org.). *Manifesto do partido comunista – Karl Marx e Friedrich Engels*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MILIBAND, Ralph. *Marxismo e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. S. Paulo, Martins Fontes, 1977.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos brasileiros, v. 86).